

---

# **ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA NA CIDADE DE VILHENA-RO POR MEIO DA POLÍTICA DE POLARIZAÇÃO REGIONAL**

## **ANALYSIS OF DEMOGRAPHIC CONCENTRATION IN THE CITY OF VILHENA, RONDÔNIA VIA REGIONAL POLARIZATION POLICY**

Natan Gurkewicz Nunes<sup>1</sup>  
Evaldo Ferreira<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** A regionalização e a polarização são formas históricas de organização da sociedade escolhidas pelo Estado e esse artigo dedica-se a compreender como que elas se relacionam com a concentração demográfica em Vilhena-RO, que é cidade polo de sua região, tendo em vista que foi uma cidade que cresceu muito nas últimas décadas e a sua região, de um modo geral, demonstrou letargia, apontando, entre outros problemas, para uma intensa concentração demográfica no polo regional. Os procedimentos metodológicos necessários à realização dessa pesquisa foram: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental nas publicações de governo e nas instituições censitárias. Entendeu-se que esse tipo de problema decorre de um sistema de ações e objetos, na qual possuem distintas periodizações e um fundo teleológico.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Polarização. Geografia Regional. Concentração Demográfica.

**ABSTRACT:** Regionalization and polarization are historical forms of society organizations chosen by the State, and this article is dedicated to understanding how they relate to the demographic concentration in Vilhena-RO, which is a central city in its region, considering that it has grown significantly in recent decades and its region, in general, showed lethargy, pointing, among other problems, to an intense demographic concentration in Vilhena city. The methodological procedures necessary to conduct this research were bibliographic research and documentary research in government publications and census institutions. Results show that this type of problem arises from a system of actions and objects with different periods and teleological backgrounds.

**Keywords:** Agribusiness. Polarization. Regional Geography. Demographic concentration.

---

1 Professor temporário na Secretaria de Educação de Rondônia (SEDUC-RO). E-mail: natangnunes@yahoo.com.br.

2 Professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso PPGGEO/UNEMAT – Campus Cáceres. Coordenador do Laboratório de Análise Socioeconômica e Regional (Laser). E-mail: evaldoferreira@unemat.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2020 e aceito para publicação em agosto de 2020.

## **INTRODUÇÃO**

Esse artigo tem origem na discussão apresentada na dissertação de Mestrado intitulada “O crescimento de Vilhena-RO: analítica da polarização regional”, defendida, em 2019, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus universitário de Cáceres.

Vilhena-RO é uma cidade média, com relevo e localização rodoviária privilegiados, alinhado com um processo histórico que seguiu um modelo de polarização regional, alcançou e alcança um ritmo de desenvolvimento diferentes dos seus pares polarizados.

Como orientação de regionalização e polarização estadual, Rondônia apresenta em seu ordenamento a Lei nº 414, de 28 de dezembro de 2007 (RONDÔNIA, 2017), na qual Vilhena-RO se encontra como polo da região que faz parte, sendo esta constituída de sete municípios: Cabixi, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste e Vilhena. A região que aqui nomeia-se Região de Vilhena refere-se exatamente a mesma nomeada na lei citada como Região de Planejamento VII – Vilhena.

A regionalização e a polarização são formas históricas que orientaram e orientam a organização da sociedade, são conceitos presentes em planejamentos e projetos políticos federais e estaduais. Esse artigo tem por objetivo compreender como que elas se relacionam com a concentração demográfica em Vilhena-RO, tendo em vista que essa cidade é polo de uma região que apresenta contradições, dentre as quais destaca-se, nesse caso, a evolução e a involução da quantidade de habitantes nos municípios da referida região.

Metodologicamente, os dados foram obtidos através das divulgações censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e documentos do Governo do Estado de Rondônia, tabulados em tabelas e quadros, e apresentadas as análises em sequência, com a finalidade comparativa, para se ter dimensão da discussão no contexto histórico, político, social e regional do objeto.

As fontes bibliográficas são autores que discutem a Geografia em diferentes abordagens: Amazônia, Regional, polarização, urbanização e agronegócio, em destaque para aqueles que trabalham os objetos do ponto de vista crítico.

Com as análises dos dados com base nas referências, verificou-se como problema a característica centrípeta (ou drenadora) da relação polo-região, ou seja, a regionalização denota implicitamente funções e possibilidades diferentes para seus componentes, refletindo numa intensa concentração demográfica no polo enquanto a região encontra-se deprimida.

## **PROJEÇÕES INSTITUCIONALIZADAS: O ESTADO COMO FOCO E O REGIONAL COMO ESTRATÉGIA**

O estado de Rondônia foi criado pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, e possui uma área de 237.765,38 km<sup>2</sup> (RONDÔNIA, 2017). Seus movimentos migratórios são marcados por influências geopolíticas de diferentes ciclos: borracha, garimpo e as fronteiras de ocupação, posteriormente a agropecuária, que ainda se encontra em expansão e, mais recentemente, pela forte corrente migratória causada por investimentos de grande porte nas hidrelétricas na capital Porto Velho, sempre regido por demandas exógenas.

Todas essas informações, desconstruídas no espaço do tempo em que foram pensadas, não demonstram, por si só, a complexidade do processo histórico a que pertence. Para compreender por completo, um retrospecto da história faz-se pertinente, partindo desde o

contexto político histórico do Território Federal do Guaporé, passando pelo Território Federal de Rondônia até chegar ao Estado atual. Isso quer dizer, como o subtítulo referência, que parte da abordagem formal, documentada e planejada, que resultaram nas ações posteriores, que produziram Rondônia e que ressignificaram seus elementos planejadamente, incluindo, por conseguinte, o mesmo modelo, para suas partes constituintes (cidades e regiões), revelando ser um processo sofisticado de controle e reprodução de um modo de formação da sociedade.

Machado (1982) enxerga nesse contexto das “fronteiras”, a necessidade de redefinição do termo Geopolítica, pois, para ela, o Governo Militar, que estava em voga na época, utilizou de práticas e conhecimentos que necessitaram atualizar o termo. Para a autora:

Na visão tradicional a geopolítica fundamenta-se num conjunto de princípios e teorias elaboradas desde o século XIX que procura nos dados geográficos nacionais orientações e justificativas para uma política do país ou de bloco de países nas suas relações com outros Estados. (MACHADO, 1982, p. 3).

Dentro dessa lógica, a Geopolítica se distinguiria da Geografia Política por conta do objetivo. A Geopolítica “contribuiria diretamente para a ação política do Estado”, enquanto que a Geografia Política “sistematiza elementos geográficos do poder político nacional” (idem, p. 3). Para a autora, no caso da relação Governo Militar e Amazônia, ocorre a inversão dessa lógica na prática, onde “não são os dados geográficos que justificam a política e a ação do Estado e sim a política do Estado (como compreendida acima) que modela sua geografia, isto é, age no espaço e interfere na luta pelo espaço” (idem, p. 3).

A ideologia de segurança nacional foi utilizada pelo Governo Federal, na época, como maneira de justificar a ação estatal. A noção de “fronteira”, nesse contexto, surge com a possibilidade de mobilizar investimentos e recursos privados e públicos. A característica da Amazônia era de ausência de “massa crítica populacional”, deste modo “torna-se possível afirmar, portanto, que o cerne da ação geopolítica do Estado é o deslocamento em âmbito nacional e a criação de força de trabalho para a organização de um mercado de trabalho regional” (idem, p. 4).

Dentre outras artimanhas geopolíticas praticadas pelo Estado na Amazônia, a autora observa temas relacionados à política urbana que “através de investimentos em infraestrutura, equipamento funcional urbano e criação de núcleos planejados possibilita o uso do espaço urbano como estratégia para o povoamento regional” (idem, p.5). Além da distribuição controlada de terras e sua seletividade, criando, assim, força de trabalho, por aqueles que não conseguissem acesso a terra.

Anteriormente ao processo migratório da expansão da primeira fronteira em Rondônia (a partir da década de 1960), a sociedade formal era composta por uma elite guaporeana (ligados à indústria seringalista e ao Governo Federal) que se posicionaram com receptividade frente ao interesse do Governo Federal naquela época, devido à crise da borracha e à possibilidade de integrar-se à Nação, pois o isolamento era a realidade, fazendo com que a sociedade letrada (representatividade) agisse sem autonomia frente aos projetos oriundos dos gabinetes ministeriais. (SOUZA, 2011).

Vê-se então que “a partir da abertura da BR-029, no governo [territorial] do coronel Paulo Leal, na década de 1960, o Território passou a receber muitos trabalhadores marginalizados de várias regiões do país” (idem, p. 19). Deste modo, a ação empreendida pelo Governo era objetivando integrar aquele território, para que os recursos fossem explorados e a crise agrária em outras partes da Nação fosse atenuada. O sistema eleito para isso foi o rodoviário.

Oliveira (1993) observa que a Amazônia Legal foi criada para efeito de ação governamental do Governo Militar relacionada a um ato político nacionalista. Transcorridos alguns anos coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) estruturar a colonização. Na região de Vilhena verifica-se apenas uma ação nesse sentido: o Projeto Integrado de Colonização – Paulo de Assis Ribeiro, com Colorado do Oeste como cidade principal de uma área de 293.580 hectares, que começou a receber famílias desde 1974. Entretanto, destaca o autor, “Vilhena, na BR-364, é o centro urbano mais importante próximo ao projeto” (idem, p. 104).

Para Oliveira (p. 91-93), os “[...] projetos de colonização na Amazônia têm obedecido a processos diversos, porém todos com raízes fincadas na questão da estrutura fundiária concentrada do país”. Nesse contexto, os grandes grupos econômicos enxergaram os projetos de colonização como a terra equivalendo à mercadoria.

Para Batista (2014), o Plano de Integração Nacional (entre 1965 e 1974) focou no sistema rodoviário como modo de interligar o Território Federal do Guaporé ao restante da Nação, por meio da BR-364 (antiga BR-029, de Juscelino Kubitschek). Souza (2011), por sua vez, destaca que já havia uma rota hidrográfica pelo rio Amazonas desde a época colonial e que a abertura das BRs 364 e 425 “seriam as bases para a modificação radical do cenário social e humano do Território” (p. 22). De fato, ao voltar os olhos para Vilhena de hoje, nenhum vislumbre de desenvolvimento seria possível, caso o sistema de escoamento e mobilidade fosse de base hidrográfica.

Resolvido o problema do traslado, era necessário planejar a forma como seria alcançado o desenvolvimento do Território Federal de Rondônia. O modo germinal escolhido foi o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) (1974 a 1980) que, em pleno “milagre econômico” do Governo gerido por militares, eram polos privados, subsidiados com benefícios fiscais pelo Estado, reafirmava a ocupação (desmatamento) e incentivava a implantação de agricultura. (BATISTA, 2014, p. 22). Nesse contexto, observa Kohlhepp (2002, p. 39): “investidores de capital nacional e internacional foram atraídos por reduções consideráveis de taxas tributárias e também por outros benefícios”.

Ainda para Kohlhepp (2002), problemas ambientais graves foram surgindo graças a esse tipo de projeto, como queimadas, dizimação de ecossistemas, erosões, exploração de recursos minerais sem controle, além de problemas sociais oriundos da especulação sobre a terra. Outro equívoco que acabou acarretando na organização das regiões desde então foi, segundo o autor:

No Programa Polamazônia, o conceito dos polos de crescimento foi mal interpretado e o resultado não foi a “concentração descentralizada” de desenvolvimento, mas sim o aumento das disparidades do desenvolvimento inter e intraregional. A periferia tornou-se mais dependente do centro, em nível nacional e internacional. Em vez de polos de crescimento com impulsos de desenvolvimento irradiantes, surgiram enclaves, mantidos artificialmente. (KOHLHEPP, 2002, p. 40).

A “Amazônia Legal”, a partir dos anos de 1980, passou a ser visada pelo Governo Militar devido a vários potenciais. Surge então o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), financiado pelo Banco Mundial, que focava no agora estado de Rondônia (torna-se Estado em 1981) e na porção noroeste de Mato Grosso, implantando um novo conceito de desenvolvimento, focado numa classe rural

mais pobre e de zona pioneira, baseando-se nas seguintes premissas: grupo alvo rural pobre, em estratégias para satisfação de necessidades básicas e incentivos para métodos participativos. (KOHLHEPP, 2002, p. 40-41).

Ocorre que transcorrida toda a década de 1980 o saldo do Polonoroeste era de desmatamento desenfreado e inúmeros conflitos territoriais, além de outros sérios problemas constados em relatórios, reconhecido pelo próprio Banco Mundial, devido o perfil do Projeto. (BORGES, 2012, p. 80).

Em contraponto ao modo operante de expansão desregrada desse Projeto, o Governo Federal elabora e implanta, em 1986, o Plano Agroflorestal e Agropecuário do Estado de Rondônia (Planaflo), que, para Acserald (2002, p. 53), “foi pensado como forma de tornar compatíveis o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental nas zonas florestadas do estado de Rondônia” devido o resultado do desmatamento oriundo do Polonoroeste.

O que se verifica é a modificação de postura ante aos problemas sociais e ambientais da época, que suscitaram uma nova abordagem institucional, apoiada pelo próprio Banco Mundial (pois a preocupação ecológica era de nível global), de um Polonoroeste que focava na “[...] intensa ocupação e criação de núcleos urbanos”, para um Planaflo, com “[...] tom conservacionista, porém incentivando ainda a produção e inserção do Brasil em mercados internacionais”. (BORGES, 2012, p. 84).

Entretanto, ainda que a orientação dos financiadores desfocassem na construção das estradas como forma de diminuição do desmatamento, como era esperado devido à aceitação do plano mais conservacionista, não foi o que ocorreu na prática, e os produtores agropecuários juntamente com os governos (federal e estadual) continuaram a avançar fronteira. (BORGES, 2012, p. 86).

Retomando a pauta, apresenta-se o Estado como foco pelo aspecto gestor e legislador de ações que viabilizam a estratégia de capacitar a estrutura regional, se emulando em forma de políticas e planos que orientam as funções e principalmente as aspirações das localidades, em que a estratégia regional se materializa como meio de gestão mais próximo dos predicados setorizados.

De modo que as regionalizações são políticas e ideológicas, seus engendrades utilizaram do positivismo quantitativista para criarem um organismo articulador de modo a tender seguir uma hierarquia arbitrária para cada região, que Perroux postula pela existência de uma indústria motriz, chave ou o complexo (WILTGEN, 1991, p. 533), o que hoje não é a regra, pois existem diversificados polos, seja de bens, serviços ou produção. No caso em tela, pode-se dizer que Vilhena-RO possui, como força motriz um combo formado por localização, características ambientais e econômicas, que a tornaram e a tornam um centro centrípeto.

Analisando o Produto Interno Bruto (PIB) da região, referente ao ano de 2017 (IBGE, 2020b), nota-se que dos pouco mais dos R\$4 bilhões gerados, aproximadamente 60% (R\$2.555 bi) corresponde ao de Vilhena. No montante, a agropecuária representou apenas 18% do PIB da região. Em valores totais, Corumbiara foi o maior gerador de PIB na agropecuária, nesse município, entretanto o setor representou 68,74% do PIB total. Em Vilhena a agropecuária representou apenas 6,37%. Em nível regional foi o segundo maior valor, aproximadamente R\$162 milhões, inferior apenas ao de Corumbiara (aproximadamente R\$227 milhões).

Chama a atenção em Vilhena a concentração industrial, sendo que 78% do PIB regional desse setor foi proveniente somente de Vilhena. Contudo, em relação ao PIB total do município, o setor da indústria correspondeu a somente 16,14%, evidenciando assim, que a indústria na região é pouco representativa.

Mas o que se destaca com maior representatividade em Vilhena é o setor de serviços, pouco mais de R\$1 bilhão, representando 41,49% do PIB do município. Pereira (2009) percebeu, através da paisagem urbana, uma característica comum a uma cidade do agronegócio, no perímetro urbano de Vilhena “existe concentração de concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas, bem como das revendas de insumos agropecuários” (PEREIRA, 2009, p. 202), evidenciando assim a relação entre os setores de serviços e o agronegócio.

Evidentemente, o planejamento é feito para resultado futuro, ou seja, apesar de surgir de uma base empírica, o status quo não satisfaz, a priori, os interesses dos envolvidos na atual trama regional que, nesse caso, se realizam em diferentes periodizações (CORRÊA, 2006), por exemplo, a estrutura do capital e a urbanização.

Entende-se que a dinâmica e a transformação seguem duas lógicas, o sistema de objetos e o sistema de ações, que se interagem: “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes”. (SANTOS, 2006, p. 39). Estão envolvidos nesses sistemas objetos artificiais, produzidos com finalidades, seja na economia, na estrutura social, na cultura, na política etc.

## **A CONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA NO POLO: ESTRUTURA E RELAÇÕES**

Moreira (2014, p. 5), discutindo sobre formação social, faz a seguinte colocação sobre a geografia mundial: “a peculiaridade da geografia mundial é o combinado de fragmentação política e unidade econômica”. A paráfrase no contexto regional se encaixa muito bem, sendo a peculiaridade da formação regional o combinado de fragmentação político-administrativa municipal e a unidade em torno de uma economia, nesse caso, leia-se agronegócio.

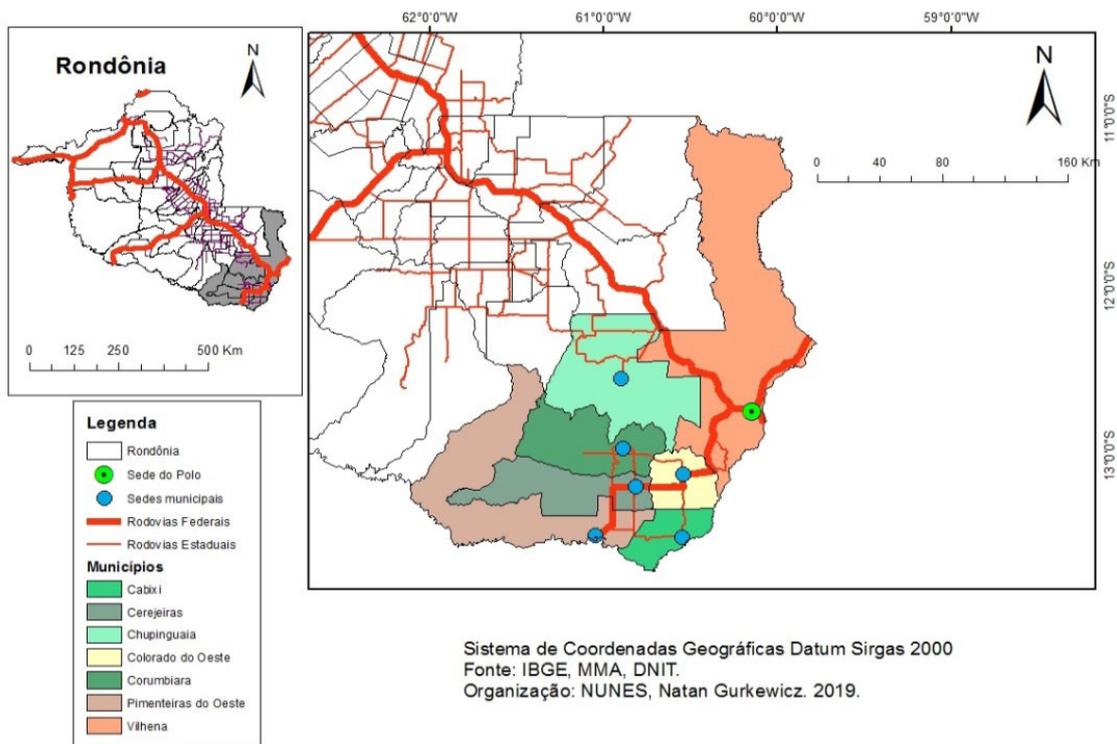
Corrêa (2006), em sua análise sobre a rede urbana na Amazônia, realizada em 1987, descreve como decorre o processo de urbanização concentrada focado nas capitais dos estados do Norte do País e discorre:

Esta urbanização concentrada reflete, de um lado, o papel do Estado através da criação, nas capitais, de um número crescente de instituições vinculadas às novas atividades implantadas e em implantação na Amazônia. Trata-se de numerosos órgãos da administração direta, fundações e empresas estatais ligadas à gestão daquelas atividades. Focos de vida econômica, política e administrativa, as capitais constituem-se em pontos de atração de empresas privadas não apenas diretamente vinculadas às atividades regionais, mas, também, aos serviços e ao comércio para a população urbana. Todas estas atividades implicam um ponderável mercado de trabalho. (CORRÊA, 2006, p. 233).

Tal descrição, ao passar de mais de três décadas, pode ser posta em paralelo ao que se verificou em uma escala maior: a Região de Vilhena (Figura 1). Dado este que reflete um modo reprodutivo de urbanização “em face das mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção, envolvendo a ocupação espontânea ou dirigida da região [...]” (CORRÊA, 2006, p. 230), no caso em tela, trata-se de uma ocupação dirigida.

A região de Vilhena é o caso mais centralizador do Estado (se não levarmos em consideração a capital), dos 31.449 habitantes de aumento populacional que a região apresentou no período (2008-2019), 28.110 foram no polo (Tabela 1).

De um modo geral, nesse aspecto sintomático, é uma região deprimida (salvo o caso de Chupinguaia e de Vilhena) e drenada pelo polo, dado que chama a atenção é a variação de 2017 para 2019. Nesse recorte temporal, Vilhena teve acréscimo de 6.100 habitantes, enquanto que outros cinco municípios (Cabixi, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Corumbiara e Pimenteiras do Oeste) somados decresceram 6.617 habitantes, aumentando o abismo entre o tamanho do polo em relação a todos os outros componentes.



Organização: NUNES (2019)  
**Figura 1.** Localização da Região de Vilhena.

**Tabela 1.** População residente por município - Região de Vilhena.

Município	Censo 2000	Estimativa 2008	Censo 2010	Estimativa 2017	Estimativa 2019
Vilhena	53.598	68.405	76.202	93.754	99.854
Chupinguaia	5.521	7.633	8.301	10.593	11.182
Colorado D'Oeste	21.892	18.216	18.591	18.467	15.882
Cerejeiras	18.207	16.784	17.029	17.934	16.323
Cabixi	7.518	6.777	6.313	6.224	5.312
Pimenteiras do Oeste	2.527	2.427	2.315	2.410	2.169
Corumbiara	10.459	9.761	8.783	8.659	7.391
<b>Região</b>	<b>119.722</b>	<b>130.003</b>	<b>137.534</b>	<b>158.041</b>	<b>158.113</b>

Fonte: IBGE (2000; 2008a; 2010; 2017, 2020a). Organização: NUNES (2020).

As características, de uma maneira geral, demonstram que a região, em todas as amostras, possui ingredientes fisiográficos e humanos acima da média estadual (Quadro 1).

Vilhena apresenta uma população urbana muito elevada e é o município mais urbanizado do Estado, aliás, o mesmo, possui uma extensão territorial considerável (Tabela 2), se comparado com a Região, e também com o Estado, figurando em terceiro lugar.

A variação populacional chama a atenção pelo fato de expor a característica “drenadora” do polo. Pode até ser que a migração oriunda dos municípios deficitários não tenha sido drenada pelo polo para eventual crescimento e decréscimo, mas sem dúvida o imperativo de concentrar aparelhos e estruturas acaba fazendo com que a competição urbana, no sentido de atrativo de investimento e fixação de residência, favoreça o polo, nesse caso.

**Quadro 1.** Breves características populacionais dos municípios da Região de Vilhena.

<b>Município</b>	<b>População Urbana (2010)</b>	<b>Variação populacional 2000-2019</b>
Vilhena	94%	86,3%
Chupinguaia	44%	102,5%
Colorado D'Oeste	73%	-27,5%
Cerejeiras	84%	-10,3%
Cabixi	42%	-29,3%
Pimenteiras do Oeste	55%	-14,2%
Corumbiara	29%	-29,3%

Fonte: IBGE (2000, 2010, 2017, 2018a, 2018b, 2020a). Organização: NUNES (2018).

**Tabela 2.** Região de Vilhena: aspectos gerais.

<b>Município</b>	<b>Ano de emancipação</b>	<b>Tipologia Genética</b>	<b>Área</b>
Vilhena	1977	Pioneira de colonização	11.699,146 km <sup>2</sup>
Colorado do Oeste	1981	Expansão da colonização	1.451,060 km <sup>2</sup>
Cerejeiras	1983	Expansão da colonização	2.783,300 km <sup>2</sup>
Chupinguaia	1995	Adensamento interiorano	5.126,723 km <sup>2</sup>
Corumbiara	1992	Adensamento interiorano	3.060,321 km <sup>2</sup>
Cabixi	1988	Expansão da colonização	1.314,353 km <sup>2</sup>
Pimenteiras do Oeste	1995	Adensamento interiorano	6.014,733 km <sup>2</sup>
<b>Total Região</b>			<b>31.449,636 Km<sup>2</sup></b>

Fonte: IBGE (2018b); COSTA SILVA (2010, p. 118). Organização: NUNES (2018).

A respeito do crescimento de Chupinguaia, Nunes e Ferreira (2018) observam que há convergência entre os índices populacionais e as dinâmicas produtivas, principalmente o estabelecimento da pecuária, inserção da agricultura e indústria (frigorífico bovino), ocorrendo num espaço constituído com “reserva de lugares”.

A Tabela 2 demonstra que Vilhena tem diversos atributos vantajosos em relação ao restante dos integrantes da região, ainda que possua em seu território o parque indígena Aripuanã, que corresponde a 57,15% do território do município (TERRAS INDÍGENAS, 2018). O segundo maior em área, Pimenteiras do Oeste, é o município com a menor população do Estado, grande parte de sua extensão territorial situa-se na “Planície fluvial dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé” e na “Depressão do rio Guaporé”, é composta em grande parte por várzeas nas planícies fluviais e áreas embrejadas da planície fluvio-lacustre do rio Guaporé (DANTAS; ADAMY, 2010, p. 42-46).

Outros municípios que também possuem em seus territórios tais características são Cerejeiras e Corumbiara, entretanto situam-se com maior proporção no Alto Vale do Guaporé, área com presença de avanço da fronteira agrícola (idem, p. 46). Nota-se que Vilhena possui elementos históricos, demográficos e fisiográficos vantajosos em comparativo com seus conterrâneos de região definida pelo Estado.

Uma fonte histórica que colabora com esse entendimento é o boletim da Embrater de 1987. Nessa cartilha produzida pelo Governo do Estado, aparece uma espécie de aval para a produção da soja em Vilhena, dado que a madeira na região já estava em saturação. (EMBRATER, 1987, p. 7-8).

No Quadro 2 observa-se a organização da estrutura da região de influência em que Vilhena está inserida. Cabe destacar que esta localiza-se num “vazio” entre cidades, em que o núcleo equivalente ao de Vilhena mais próximo é a cidade de Cacoal que está a uma distância de 226,2 km, via BR-364. Além de apresentar certa distância entre os próprios componentes da sua região de influência, influenciando ainda duas cidades do estado do Mato Grosso (Comodoro e Campos de Júlio).

**Quadro 2.** Vilhena nas regiões de influência do Regic 2007

<b>Grande metrópole nacional</b>	<b>Capital Regional B</b>	<b>Centro Sub-regional B</b>	<b>Centro de Zona B</b>	<b>Centro Local</b>
São Paulo	Porto Velho	Vilhena		Cabixi Chupinguaia Colorado do Oeste Corumbiara
			Cerejeiras	Pimenteiras do Oeste
			Comodoro (MT)	Campos de Júlio (MT)

Fonte: IBGE (2008b, s/p). Adaptação: NUNES (2018).

Isso se deve a grande extensão do território dos municípios (característica comum na região Norte) (Quadro 1), aliás, o próprio IBGE ressalta que a complexidade do entendimento regional no Brasil proporciona que, em alguns casos, uma microrregião do Nordeste corresponda a área de um único município na região Norte.

Ou seja, mais do que o posicionamento em si de Vilhena, a organização da região pelo viés da influência tem relação direta com a organização geral dos elementos constituintes da hinterlândia. Ainda que sejam resultados históricos de uma gama de fatores, faz com que flua organicamente e imperativamente as outras determinações.

Como observam Pereira e Kahil (2010) o agronegócio racionaliza um conjunto de atividades modernas, que especializa não só o campo, mas também a cidade, onde se manifestam as condições de reprodução do capital empregado no agronegócio. Analisando Vilhena no ano de 2010, Pereira e Kahil já visualizavam as tendências dos empregos:

[...] a cidade e o urbano em Vilhena parecem estar em sintonia com o desenvolvimento da produção agrícola moderna. Apesar de ser o maior produtor de cereais do estado de Rondônia, é no segmento de serviços que está alicerçada a maior parte das atividades econômicas do município. (PEREIRA; KAHIL, 2010, p. 303).

Segundo os autores esse é um processo comumente observado na lógica da territorialização da cidade por meio da atividade da agropecuária moderna, reorganizando a produção (agrícola e industrial), mas indo além e se expandindo para a produção não material (comércio, finanças e serviços), fato também observado por Costa Silva (2014). São fatores que por si só atraem pessoas, resultando na concentração demográfica, sendo que tais características não se apresentam em todas as cidades que compõem a região.

Mas as contradições existem, o “boom” populacional ocorrido em Vilhena em função da concentração dessas variáveis, se transfigura também em determinadas problemáticas intraurbanas, pois é na cidade que se concretizam as demandas humanas. Destacam-se o esgarçamento do tecido urbano, o baixo índice de empregos formais e a especulação imobiliária, a qualidade de vida segue um custo, acarretando em desigualdade e a segregação em classes. Características estas, extremamente caras para quem reside no polo, que cresce muito em função da forma de relação que possui com o que lhe é externo.

Ora, se nesse período a Região fosse vista como para além de uma mesoescala de demanda, ou de “reserva de lugares” para extensão produtiva, possivelmente o polo seria mais desenvolvido, mesmo com população mais distribuída regionalmente, pois o desenvolvimento isonômico não restringe o polo, mas, sim, o potencializa. Entendemos que quanto mais potência for adicionada a mais elementos distintos, mais eles se somam.

A urbanização em Vilhena é um caso exemplar da relação intrínseca cidade e agronegócio, como destaca Elias (2013, p. 23): “o agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e médias, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos”, pois, para a autora, são nas cidades que se materializam a reprodução do capital, sendo os agentes hegemônicos que impõem especializações às áreas por eles escolhidas (idem, p. 24). Nesse sentido, considera-se Vilhena, sobretudo, uma cidade do Agronegócio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por mais que as orientações administrativas possuam contradições, é certo que são necessários o envolvimento e a intervenção político-administrativa para orientarem e tornarem concretas quaisquer propostas de desenvolvimento. Contudo, a crítica a ser feita é quanto à altivez e à qualidade de desenvolvimento social de tais planos, que deveriam seguir um tratamento menos economicista e focado mais no bem estar social, quando possível, isonômico. O regional e a polarização nesse sentido se colocam como ferramentas úteis se bem elaborados e concretizados. Para tanto, é fundamental que se conheça as características do objeto que se pretende planejar.

Dentro dos resultados apresentados tem-se o entendimento de que a concentração demográfica se deu pelo sistema de ações: força de trabalho, inserção de capital e intenções político-ideológicas, resultando na produção de monocultura como sistema de objetos, que por sua vez demanda uma estrutura, ou, uma nova forma de sistema de ações, que retroalimentam a estrutura, entretanto, reservado a cada objeto (cidade) dentro do sistema uma função, uma finalidade, um valor, ou seja, uma ação intencionada pautada na produção econômica e no consumo.

Originou-se, assim, uma região sincrética em que a cidade mais urbanizada do Estado é o polo centralizador da região do agronegócio de Rondônia, reconhecida nesse trabalho, não por acaso, com uma ilusória identidade, como Região de Vilhena.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. O zoneamento ecológico-econômico na Amazônia e o panoptismo imperfeito. **Cadernos IPPUR: Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade**, UFRJ, ano XVI, n. 1, p. 53-75, jan.-jul. 2002.
- BATISTA, J.F. **A evolução da pecuária bovina em Rondônia e sua influência sobre a configuração territorial e a paisagem (1970 – 2012)**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - PPGG/UFPR, Curitiba, 2014.
- BORGES, L.R.M. **Políticas territoriais na fronteira: o programa de aceleração do crescimento e as transformações em Rondônia no início do séc. XXI**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/FFLCH/USP, São Paulo, 2012.
- CORRÊA, R.L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- COSTA SILVA, R.G. **Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/ FFLCH/USP, São Paulo, 2010.
- COSTA SILVA, R.G. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014.
- DANTAS, M.E.; ADAMY, A. Compartimentação do relevo do estado de Rondônia. *In*: ADAMY, A. (Org.). **Geodiversidade do Estado de Rondônia**. Porto Velho: CPRM/SGB, 2010, p. 37-54. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/15691>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Geografia Agrária, Boa Vista, p. 13-32, 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1937>. Acesso em: 06 maio 2020.
- EMBRATER. **Sistema de produção para soja: Região de cerrados de Rondônia**. Brasília: EMBRATER, 1987. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/698129/sistema-de-producao-para-soja-regiao-de-cerrados-de-rondonia>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13\\_1.shtm&uf=11](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&uf=11). Acesso em: 24 out. 2018.
- IBGE. **Estimativa demográfica de 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2008/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2008/). Acesso em: 10 jan. 2018
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>. Acesso em: 22 out. 2018.
- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=11&dados=0>. Acesso em: 08 jan. 2018.
- IBGE. **Estimativa demográfica de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2017/estimativa\\_dou\\_2017.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2017/estimativa_dou_2017.pdf). Acesso em: 24 set. 2017.
- IBGE. **Produto interno bruto dos Municípios: base 2002-2015**. Rio de Janeiro: IBGE,

2018a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 31 out. 2018.

IBGE. **Rondônia área municipal região de Vilhena**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sintese/ro?indicadores=29167>. Acesso em: 23 maio 2018.

IBGE. **Estimativas da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 04 maio 2020.

IBGE. **Produto interno bruto**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 09 maio 2020.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**. v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

MACHADO, L.O. Urbanização e migração na Amazônia legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. In: COELHO, M.C.N.; BARBOSA, J.L. (Orgs.). **Amazônia: problemas e impasses. Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro: AGB, 1982, p. 2-11.

MOREIRA, R. Do espaço local ao espaço das relações: perfil e trajetórias das formações espaciais modernas. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, v. 18, n. 1, jan./dez. 2014. Disponível em: [http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVIII\\_1/agn\\_xviii1\\_versao\\_internet/agn\\_01\\_jandez2014.pdf](http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVIII_1/agn_xviii1_versao_internet/agn_01_jandez2014.pdf). Acesso em: 06 maio 2020.

NUNES, N.G.; FERREIRA, E. Características da formação socioespacial de Chupinguaia-RO: crescimento local e categorias de análise miltoniana. p. 464-474. In: SOUZA, I. A.; FERREIRA, E.; FERREIRA, A.R. **Geografia: contextos e interfaces: coletânea da XVII Semana de Geografia (Unemat – Cáceres)**. Ananindeua: Itacaiúnas, 2018.

OLIVEIRA, A.U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1993.

PEREIRA, M.F.V. **O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre**. 2009. 329f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, Rio Claro, 2009.

PEREIRA, M.F.V.; KAHIL, S.P. A lógica corporativa do uso do território em Rondônia: o agronegócio da soja na região de Vilhena. **Revista de Geografia Agrária**. v. 5, n. 10, p. 288-311, ago. 2010.

RONDÔNIA. **Perfil dos Municípios**. Porto Alegre: SEPOG, 2017. Disponível em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Conteudo/Exibir/19>. Acesso em: 31 out. 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SOUZA, V.A. **Rondônia, uma memória em disputa**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, Assis, 2011.

TERRAS INDÍGENAS. **Parque Indígena Aripuanã**. 2018. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/es/terras-indigenas/3604>. Acesso em: 27 nov. 2018.

WILTGEN, R.S. Notas sobre polarização e desigualdades regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 532-539, 1991.